



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE GEOTECNOLOGIAS/GEONETWORK PARA GESTÃO E ACESSO DE DADOS PÚBLICOS PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA

Julia Cararo Lazaro¹,
Hypolito Fernandez,²
Francisco Henrique de Oliveira³

¹Acadêmico(a) do Curso de Geografia, FAED - bolsista PIBITI/CNPq

²Acadêmicos do Curso de Geografia – FAED

³Orientador, Departamento de Geografia, FAED – chico.udesc@gmail.com.

Palavras-chave: Dados Públicos, Geonetwork, Gestão, Acesso à Informação

O crescimento significativo no uso das geotecnologias em diversos setores, notadamente em planejamento e gestão territorial, tem contribuído para a geração de grandes volumes de dados e informações geoespaciais por parte de organizações públicas e privadas. Entretanto, como esses dados são normalmente produzidos para atender a requisitos específicos de projetos e aplicações, apresentam especificações e características técnicas diversas. A interpretação e o uso adequado dos dados por diferentes tipos de usuários demandam a disponibilidade de um conjunto de informações sobre esses dados. De acordo com Masser (2002) os governos, em abrangência mundial, tem compreendido cada vez mais o valor da informação geográfica e implementado ações que buscam desenvolver a geração e a exploração dessas informações através da efetivação da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), considerados ativos importantes no desenvolvimento social, ambiental e econômico, conforme apresentado no mapa mental da Figura 01.

Fortalecer projetos de dados livres para aprimorar a propagação e criar políticas públicas para melhor atender a população, subsidia o aumento na produção de material cartográfico de qualidade e de confiabilidade, os quais devem obrigatoriamente seguir um padrão oficial brasileiro caracterizado pelo Perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB), que tem como suporte principal a ISO 19115. Essa norma utilizada pelos mais distintos departamentos de geotecnologias efetivamente e oficialmente define uma estrutura essencial para os metadados, trabalhando com um sistema de hierarquia que contém “seções de metadados obrigatórios e condicionantes e elementos de metadado como cita a” (ISO). A partir dessa sistematização os órgãos produtores de dados e metadados vêm definindo um cenário consolidado de padrão de fato, tornando-se referência base para infraestruturas de dados em outros Países.

Considerando o universo das medidas possíveis para o compartilhamento seguro e eficaz de informações geoespaciais encontra-se o recurso computacional intitulado GeoNetwork, Sistema de Gerenciamento de Informação Geoespacial, padronizado e descentralizado, baseado no conceito de informação compartilhada e domínio de informação. De fato, o sistema foi modelado para subsidiar o acesso às informações georreferenciadas e aos produtos cartográficos através de metadados descritivos, a partir de uma variedade de provedores de dados. A inovação tornou viável e atrativa a “n” usuários, de modo que os bancos de dados de diferentes organizações encontram-se atualmente acessíveis por meio de um único ponto de acesso (TICHELER e HIELKEMA, 2007). A natureza gratuita e de funcionalidade do software garantem a publicidade

e acessibilidade – dois dos pilares da transparência de dados públicos - de maneira segura e eficiente tanto para os órgãos geradores da informação como para os posteriores usuários. Recomenda-se que todos os órgãos públicos desenvolvam também um banco de dados, tendo em vista que a qualidade dos dados geoespaciais é fundamentalmente estruturante para fornecer condições de estudos e pesquisas voltadas ao monitoramento e alerta para prevenção de eventos extremos, com enfoque voltado ao reconhecimento e gerenciamento das áreas de risco, permitindo, assim, a integração das informações através de padrões específicos para a entrada, armazenamento, manipulação e análise dos dados.

Nas últimas duas décadas o Estado de Santa Catarina experimentou mudanças consideráveis na sua estrutura urbana e rural devido a grandes movimentos de migração que aconteceram dentro do estado, além da chegada de novos habitantes de outros estados da federação. Além do aumento da população em geral e das novas áreas urbanas, as atividades produtivas nas áreas rurais estão em contínuo processo de atualização de suas práticas, de onde derivam novas relações no campo não apenas dentro da própria cadeia produtiva, mas também com a institucionalidade que orienta a convivência das determinadas produções com suas respectivas componentes ambientais e sociais. Nesse sentido, a Defesa Civil de Santa Catarina, em parceria com o laboratório de geoprocessamento da Universidade do Estado de Santa Catarina, GEOLAB, iniciou as atividades no segundo semestre de 2017 com a intenção de desenvolverem um banco de dados geoespacial específico, na condição de se ter uma central única de dados cartográficos, cujos entes estaduais e federal serão parceiros no uso e manutenção do Diretório Estadual de Dados Espaciais de Santa Catarina - DEDESC em acordo com as diretrizes da Comissão Nacional de Padronização e Gestão de Dados Espaciais e a INDE Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.

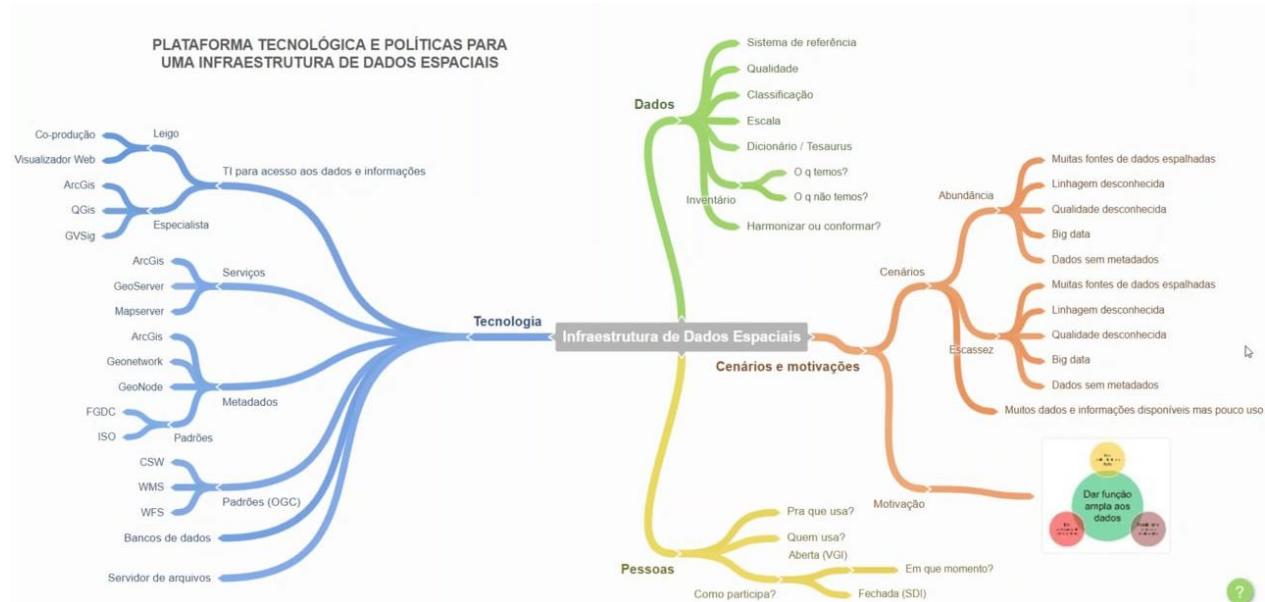


Figura 01 - Plataforma tecnológica e políticas para uma Infraestrutura de Dados Espaciais
Fonte: LabGIS / UERJ



A proposição do projeto se fundamenta na característica inovadora que resgata a necessidade iminente do Estado de Santa Catarina em organizar, sistematizar e concentrar o conhecimento territorial cartográfico. O modelo conceitual sistêmico se materializará em manuais de protocolos técnicos que permitirão a interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade aos dados geoespaciais referentes ao estado de Santa Catarina. A prática de compartilhamento de serviços de dados espaciais evitará que duas instituições promovam o levantamento do mesmo dado separadamente, garantindo recursos para investimento em outras áreas, aumentando a eficiência do Estado como um todo.